

R E V I S T A



As empresas de contabilidade pós-pandemia: os desafios da retomada das atividades

Impactos da Covid-19 devem ser evidenciados nas notas explicativas

O contador e a implantação da governança corporativa e compliance nas empresas



COMPLIANCE

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gestão 2020-2021

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: José Donizete Valentina

VICE-PRESIDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: José Aparecido Maion

VICE-PRESIDENTE DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA: João Carlos Castilho Garcia

VICE-PRESIDENTE DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL: Marcelo Roberto Monello

VICE-PRESIDENTE DE REGISTRO: Mariano Amádio

CÂMARA DE POLÍTICA INSTITUCIONAL

COORDENADOR: José Aparecido Maion

VICE-COORDENADOR: João Carlos Castilho Garcia

MEMBROS: Marcelo Roberto Monello e Mariano Amádio

CÂMARA DE RECURSOS

COORDENADORA: Marilene de Paula Martins Leite

VICE-COORDENADOR: Bruno Roberto Kalkevicus

MEMBRO: Adriano Gilioli

CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

COORDENADORA: Suely Gualano Bossa Serrati

VICE-COORDENADOR: Manoel do Nascimento Veríssimo

MEMBRO: William Peterson de Andrade

I CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENADOR: José Luiz Ribeiro de Carvalho

VICE-COORDENADOR: Paulo César Adorno

MEMBROS: Marcelo Viaro Berloff, Elizabeth Castro Maurenza de Oliveira e Marcelo Gomes de Barros

II CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENADOR: Valmir Leôncio da Silva

VICE-COORDENADOR: Alexandre Ferezini

MEMBROS: Bethel Corcoruto Lombardi, Selma do Carmo Ribeiro e Adriano Corrêa da Silva

III CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENADOR: Márcio Lério da Silva

VICE-COORDENADOR: Renato Prone Teixeira da Silva

MEMBROS: Manassés Efraim Afonso, Emerson Fabri e Priscila Cristina Provazi

CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

COORDENADORA: Angela Zechinelli Alonso

VICE-COORDENADOR: Alexandre Sanches Garcia

MEMBROS: Paulo Roberto Martinello Júnior, Flávia Augusto, Wander Pinto e Juliana Aurora Franco

CÂMARA DE REGISTRO

COORDENADORA: Inez Justina dos Santos

VICE-COORDENADORA: Daisy Christine Hette Eastwood

MEMBROS: Fernando de Almeida Santos e Rosângela Maria da Costa Menezes

CONSELHEIROS EFETIVOS

José Donizete Valentina, José Aparecido Maion, João Carlos Castilho Garcia, Marcelo Roberto Monello, Mariano Amadio, Adriano Correa da Silva, Adriano Gilioli, Alexandre Ferezini, Alexandre Sanches Garcia, Angela Zechinelli Alonso, Bethel Corcoruto Lombardi, Bruno Roberto Kalkevicus, Daisy Christine Hette Eastwood, Elizabeth Castro Maurenza de Oliveira, Emerson Fabri, Fernando de Almeida Santos, Flávia Augusto, Inez Justina dos Santos, José Luiz Ribeiro de Carvalho, Juliana Aurora Franco, Manassés Efraim Afonso, Manoel do Nascimento Veríssimo, Marcelo Gomes de Barros, Marcelo Viaro Berloff, Márcio Lério da Silva, Marilene de Paula Martins Leite, Paulo César Adorno, Paulo Roberto Martinello Júnior, Priscila Cristina Provazi, Renato Prone Teixeira da Silva, Rosângela Maria da Costa Menezes, Selma do Carmo Ribeiro, Suely Gualano Bossa Serrati, Valmir Leôncio da Silva, Wander Pinto, William Peterson de Andrade.

CONSELHEIROS SUPLENTES

Adilvo Pinheiro de Oliveira França Junior, Adriana Barbosa dos Anjos, Alessandra Gouveia Pires, Alexandre Juniti Kita, Breno Acimar Pacheco Correa, Bruno Alexandre Cruz, Caio Martins dos Santos, Carlos Alberto Vieira, Edison Arisa Pereira, Eduardo Affonso de Vasconcelos, Eduardo José Rodrigues, Eliane Aparecida Maia, Fernanda Moreira Stamboni, Hamilton Ubirajara Meneghel, Heloisa de Castro

Alves de Souza, Jairo Balderrama Pinto, João Edison Demeo, José Augusto Picão, Laís Gonçalves Campanha, Luis Carlos do Rego, Luiz Cláudio da Costa, Marcelo de Almeida Prado, Marcelo Lico da Costa, Márcia de Souza Montanholi, Márcio Zago, Niveson da Costa Garcia, Paulo Takao Takamura, Roberson de Medeiros, Roberto Yoshio Kuabata, Sergio Januário de Freitas, Teresinha da Silva, Valdir Donizete Segato, Vera Lúcia Vada, Wanderley Aparecido Justi Júnior.

CONSELHO CONSULTIVO DE PRESIDENTES

Célia Regina de Castro - Gestão 1994
José Serafim Abrantes - Gestão 1994-1995
José Antonio de Godoy - Gestão 1996-1997
Irineu De Mula - Gestão 1998-1999
Victor Domingos Galloro - Gestão 2000-2001
Pedro Ernesto Fabri - Gestão 2002-2003
Luiz Carlos Vaini - Gestão 2004-2005
Luiz Antonio Balamint - Gestão 2006-2007
Sergio Prado de Mello - Gestão 2008-2009
Domingos Orestes Chiomento - Gestão 2010-2011
Luiz Fernando Nóbrega - Gestão 2012-2013
Claudio Avelino Mac-Knight Filippi - Gestão 2014-2015
Gildo Freire de Araújo - Gestão 2016-2017
Marcia Ruiz Alcazar - Gestão 2018-2019

Revista CRCSP

Diretor: José Donizete Valentina

Editora: Graça Ferrari - MTb 11.347

Redatores: Graça Ferrari;

Thiago Benevides - MTb 68.188

Periodicidade: Trimestral

Projeto gráfico e diagramação:

Phábrica de Produções: Alecsander Coelho, Daniela Bissiguini, Érsio Ribeiro e Paulo Ciola

A direção da entidade não se responsabiliza pela opiniões emitidas nas matérias e artigos assinados. **TODOS OS DIREITOS RESERVADOS** - É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou qualquer meio, sem prévia autorização.



Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo

Rua Rosa e Silva, 60 - Higienópolis
01230-909 - São Paulo - SP
Tel.: 11 3824.5400 (Teletendimento)

E-mail: crcsp@crcsp.org.br
Portal: www.crcsp.org.br

Nova revista para novos tempos

Iniciamos nesta edição uma nova era da **Revista CRCSP**. Agora inteiramente digital, ficou muito mais fácil para nós leitores desfrutarmos de sua leitura. No computador ou no celular, o aplicativo da revista fica a um clique da nossa disponibilidade para ler as matérias.

Ao optar pela revista online, o CRCSP se alinha às diretrizes do Relato Integrado e também às discussões que estão sendo feitas sobre o meio ambiente. Preservar a fauna e flora brasileiras são hoje pauta de preocupação de ambientalistas, empresários e governantes não apenas do Brasil, mas do mundo inteiro.

Da nossa parte, o CRCSP tem um programa de economia de papel, de energia e doação de descartáveis. Ao deixarmos a edição impressa da revista nos perfilamos ao lado de todos que defendem a diminuição do corte de árvores para que tenhamos um meio ambiente menos poluído e de mais qualidade.

Esta edição vem recheada de matérias que merecem a sua leitura, começando sobre como a pandemia da Covid-19 se refletiu até nas informações trimestrais das empresas. Aqui podemos usufruir do conhecimento do ícone da Contabilidade, o professor Eliseu Martins, que nos brinda com o seu conhecimento.

Imperdível também está a matéria que aborda a situação das empresas de contabilidade neste momento intermediário de pós-pandemia. Na linha de frente das empresas, o presidente do Sescon-SP, Reynaldo Pereira Lima Júnior, e o presidente do

Sindcont-SP, Geraldo Carlos Lima, nos contam o seu ponto de vista.

Governança corporativa e compliance são os dois conceitos que as empresas vêm procurando colocar em execução em busca de boas práticas de gestão. E dois craques do assunto, o nosso vice-presidente de Administração e Finanças, José Aparecido Maion, e o diretor geral do IBGC, Pedro Melo, dão um show sobre o assunto.

E não poderia faltar o assunto do momento: a ajuda sem precedentes que tivemos da tecnologia para as atividades de Educação Profissional Continuada em plena pandemia. O CRCSP, o Sistema CFC/CRCs e as Entidades Contábeis de São Paulo rapidamente se organizaram e os profissionais da contabilidade hoje podem escolher os mais variados temas online sobre Contabilidade.

E, finalmente, uma matéria sobre o relevante papel do contador na Contabilidade Eleitoral neste ano em que elegeremos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de 5.568 municípios do nosso país. Os gastos com a eleição devem ser acompanhados por profissional da contabilidade, contribuindo para prestações de contas transparentes, como desejam os cidadãos brasileiros.

Esperamos que você deguste cada matéria que fizemos com toda a atenção que o leitor da **Revista CRCSP** merece!

Boa leitura a todos! 🍷



ITRs

Impactos da Covid-19
devem ser evidenciados
nas notas explicativas

5



As empresas de contabilidade pós-pandemia:
os desafios da retomada das
atividades

8



Governança e Compliance

O contador e a implantação da governança
corporativa e *compliance* nas empresas

12



EPC

Tecnologia amplia alcance
das atividades de **Educação
Profissional Continuada**

17



Contabilidade Eleitoral

Contabilidade Eleitoral
vai além das prestações de
contas

23



Palavra do Presidente

27



Impactos da Covid-19 devem ser evidenciados nas notas explicativas

Em 24 de junho deste ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) publicou o relatório *World Economic Outlook* (Perspectiva Econômica Mundial, em tradução livre), que revisa a retração econômica mundial em decorrência da Covid-19 para 4,9% do Produto Interno Bruto (PIB). A previsão representa mais de 4 trilhões de dólares em perdas financeiras e é ainda mais preocupante que a estimativa anterior, de abril deste ano, de uma queda de 3% do PIB mundial.

O Brasil, com um PIB de 7,3 trilhões de reais em 2019, teria, segundo o relatório, uma queda de 9,1% do PIB, totalizando perdas superiores a 600 bilhões de reais. Outros organismos brasileiros e internacionais apontam percentuais de queda diferentes, que vão de 6,5% do PIB, de acordo com o relatório Focus do Banco Central, 7,4%, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ou de 8%, de acordo com o Banco Mundial, mas todas as fontes apontam um impacto significativamente negativo no mundo, causado pela pandemia da Covid-19.

Com perspectivas de queda no consumo e produção, desemprego e queda no faturamento das empresas, a maioria das empresas teve nos últimos meses resultados negativos que refletem o momento atual. E diante destes desafios, alguns dos principais especialistas da área contábil no mundo têm se dedicado a estudar como este impacto deve ser contabilizado e em demonstrar o verdadeiro papel da Contabilidade neste cenário.

Membro e fundador do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o professor Eliseu Martins é uma das vozes que conclamam os profissionais da contabilidade a assumirem o papel de protagonistas, especialmente, mas não somente, neste período de pandemia.

“Nossa bandeira e a razão de ser da Contabilidade é a informação, tanto para a gestão como para todos os públicos que se utilizam dela, como investidores, credores, órgãos reguladores, sindicatos e para a sociedade de forma geral. E esta informação se dá, essencialmente, por meio das demonstrações contá- ▶

beis e suas notas explicativas”, informa o professor. Parafraseando uma sentença existente no mundo dos negócios, Eliseu destaca que “há momentos em que as palavras dizem mais do que os números”.

“É preciso exprimir as incertezas e riscos aos quais a empresa está exposta por meio das notas explicativas, se possível com faixas de valores para eventuais perdas futuras, avaliando cenários positivos e negativos”, explicou o membro do CPC.

Ao falar especificamente sobre o atual momento pelo qual o mundo passa, Eliseu Martins ressalta que o *impairment* é uma das áreas nas quais os profissionais contábeis devem ter atenção redobrada: “as empresas e instituições passaram a ter chances muito maiores de perdas nos recebíveis, mas a situação não é tão clara em muitos casos. O que é contábil e eticamente condenável é o reconhecimento intempestivo de perdas sabidamente exageradas, para reconhecer mais lucro quando as atividades se normalizarem” destacou Martins.

Tal entendimento é ainda mais relevante em relação às informações trimestrais (ITRs). Entregues em até 45 dias após o encerramento do trimestre do exercício social, as ITRs são demonstrações financeiras intermediárias prestadas para atualizar os *stakeholders* sobre a posição financeira da empresa.

O vice-presidente adjunto de Contabilidade da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Leandro Lopes, explica que “as ITRs têm como finalidade prover atualização à gestão com base nas últimas demonstrações contábeis anuais completas, de forma a permitir aos usuários a avaliação sobre a posição financeira a ser reportada no encerramento

Eliseu Martins
Membro do Comitê
de Pronunciamentos
Contábeis



“É preciso exprimir as incertezas e riscos aos quais a empresa está exposta por meio das notas explicativas, se possível com faixas de valores para eventuais perdas futuras, avaliando cenários positivos e negativos” explicou Martins

do exercício corrente”. Ele explica ainda que, no atual cenário, elas possuem ainda mais relevância, pois são necessárias para a estratégia de longo prazo das empresas e dos investidores.

“As ITRs são essenciais para alinhar o entendimento do mercado de capitais quanto à situação econômica e patrimonial das empresas e garantir uma proteção adequada àqueles que investem no mercado de valores brasileiro”, ressalta o membro da diretoria da Anefac.

Posicionamento semelhante tem o professor Eliseu Martins, que inclusive considera que as informações deveriam ter uma periodicidade ainda menor neste momento: “As informações relativas a prazos mais curtos são vitais para o acompanhamento da situação. Na verdade, esse é o momento inclusive de informações mensais, pelo menos para a gestão”.

Ofício-Circular CVM / SNC / SEP

A CVM também orienta os preparadores das demonstrações financeiras a incluir informações relevantes sobre os reflexos da Covid-19 nas Demonstrações Contábeis e nas Informações Trimes-

trais, principalmente nas notas explicativas, para permitir aos usuários avaliar o impacto da Covid-19 na performance dos negócios.

Leandro Lopes explica que estas orientações estão presentes no ofício-circular conjunto da Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria e da Superintendência de Relações com Empresas (CVM / SNC / SEP) n.º 2/2020, que trata dos efeitos da Covid-19 nas demonstrações financeiras das companhias abertas e sobre os impactos das medidas de enfrentamento da doença no cálculo de perdas esperadas nos ativos financeiros.

Entre as orientações da CVM às companhias de capital aberto, presentes no ofício-circular n.º 2, estão recomendações de que os riscos e incertezas para os negócios ocasionados pela Covid-19 devem ser reportados nas demonstrações contábeis, especialmente em relação à recuperabilidade de ativos, mensuração do valor justo, provisões e contingências ativas e passivas, reconhecimento de receitas e provisões para perda esperada.

“A evidenciação desta avaliação, além da transparência esperada, beneficiaria os investidores e o mercado em geral que estariam mais bem preparados para avaliar a situação patrimonial e financeira de cada empresa”, complementa Lopes.

Sobre os cuidados que a administração e os responsáveis técnicos pelas demonstrações devem adotar neste período de pandemia, Lopes elenca como principais a avaliação de eventos econômicos que possam impactar a continuidade operacional dos negócios (*going concern*), a análise das principais estimativas contábeis, como o cálculo de perdas esperadas, recuperabilidade de ativos

não financeiros e provisão para contingências, mensuração de ativos e passivos pelo valor justo e a contabilização dos subsídios governamentais concedidos pelos governos.

Os especialistas também são unânimes em declarar as consequências desastrosas de não evidenciar adequadamente a situação atual das empresas e entidades nas ITRs e nas notas explicativas das demonstrações.

“As ITRs têm como finalidade prover atualização à gestão com base nas últimas demonstrações contábeis anuais completas” explicou Lopes



Leandro Lopes
Vice-presidente
adjunto de
Contabilidade da
Anefac

“Além de problemas com órgãos reguladores, como a CVM, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e com o Banco Central, entre outros, há também o risco de ser alvo de uma ação judicial por terceiros que tenham sido prejudicados por esta omissão. Mas o mais importante, perde-se credibilidade, o que para nós contadores é inaceitável”, sentencia Eliseu Martins, que faz também uma convocação aos leitores.

“Você, contador interno ou prestador de serviços, está aproveitando a oportunidade para ser um consultor neste momento e mostrar-se como essencial para a empresa? Apesar do excesso de trabalho deste período, é necessário um esforço adicional de nossa parte para poder dar um passo à frente e extrair oportunidades da crise”, ensina o professor. 🌟



As empresas de contabilidade pós-pandemia: os desafios da retomada das atividades

Com as diretrizes de distanciamento social flexibilizadas pelos governos estadual e municipais, muitas empresas de contabilidade do Estado de São Paulo começaram a reabrir depois do período de quarentena provocado pela Covid-19. A mudança no *layout* dos espaços, dias e horários escalonados dos funcionários marcaram a retomada do trabalho presencial.

A volta está sendo consciente e respeitando os protocolos de distanciamento social, utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) e controle de saúde. “A utilização de álcool em gel e de máscaras, controle de temperatura e distanciamento

é o novo padrão de convivência exigido pelos protocolos sanitários”, afirmou o presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP) e da Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP), Reynaldo Pereira Lima Júnior.

O presidente do Sescon-SP lembra que as empresas de contabilidade não pararam na pandemia. “Pelo contrário, trabalhamos arduamente frente a tantas alterações legislativas e normativas nas áreas trabalhista, tributária, fiscal, previdenciária e civil.”



Reynaldo Pereira
Lima Júnior
Presidente do
Sescon-SP e da
Aescon-SP

Reynaldo acredita que a volta ao trabalho presencial é positivo, pois “muitas empresas de contabilidade tiveram dificuldades na implantação do sistema de teletrabalho, principalmente, por falta de condições tecnológicas e de capital de investimento imediato ou de emergência.”

Mesmo com essa dificuldade, o presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP), Geraldo Carlos Lima, afirma que um grande número de profissionais da contabilidade continua trabalhando no formato *home office*. “Apesar de estarmos passando por uma das piores crises globais desde a Segunda Guerra Mundial, os profissionais contábeis estão tendo a oportunidade de demonstrar sua maestria e importância para o processo de retomada da economia e das atividades”, analisa o presidente do Sindcont-SP.

De presencial a virtual

Habitados a oferecer atividades presenciais de Educação Profissional Continuada aos seus sindicalizados e associados, tanto o Sescon-SP como o Sindcont-SP tiveram que se adaptar rapidamente às atividades virtuais.

“A princípio, ficamos preocupados, mas, após as primeiras transmissões e alguns ajustes necessários, as atividades ocorreram de forma tranquila e até mesmo muito positiva por parte dos nossos sindicalizados, que aceitaram e se adaptaram muito bem a esse novo formato”, conta o presidente Geraldo.

“Se por um lado essa situação nos afastou por um curto período, vamos pensar assim, por outro, nos conectou ao mundo e àquelas pessoas que nunca tinham oportunidade de participar dos nossos eventos presenciais. Profissionais do Brasil inteiro estão acompanhando, e até mesmo do mundo, como colegas que estão vendo as transmissões diretas do Canadá”, afirma Geraldo.

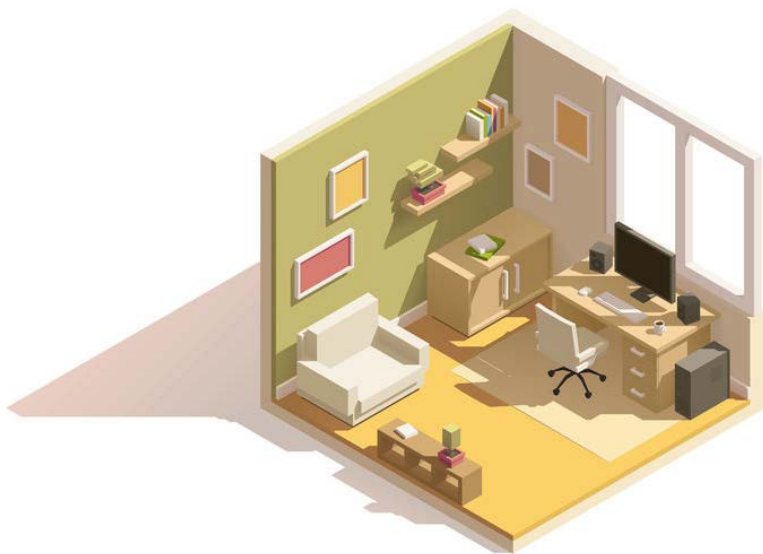
Reynaldo Lima avalia como positiva a experiência com as atividades remotas. “Conseguimos fomentar informação, conscientização e aprimoramento por meio das *lives*. Ficamos mais próximos dos nossos representados, principalmente, do interior. O Sescon-SP possui uma base estadual e as ferramentas virtuais, de alguma forma, aproximaram a entidade dos sindicalizados e associados do Sescon-SP e da Aescon-SP.”

“As Entidades Contábeis de São Paulo, com toda a sua união e trabalho de fortalecimento e valorização da classe, estão juntas e empenhadas, trabalhando essa reformulação e quebra de paradigmas, se repaginando e atendendo esse novo público que busca atualização nas atividades online”, explica Geraldo.

Fazem parte das Entidades Contábeis de São Paulo, o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP), a Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo (Fecontesp), o Sindicato dos Contabilistas de São Paulo ▶

“As empresas de contabilidade não pararam na pandemia, pelo contrário, trabalhamos arduamente frente a tantas alterações legislativas e normativas” lembrou Reynaldo

(Sindcont-SP), o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP), a Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP), a Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo (Apejesp), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - 5ª Seção Regional (Ibracon) e a Academia Paulista de Contabilidade (APC).



Teletrabalho

Baseado na experiência do *home office* durante o período mais crítico da pandemia, o presidente do Sescon-SP acredita que todas as empresas terão que migrar para o mundo digital. “As relações interpessoais irão mudar, ou já mudaram. Não falamos que o contato presencial será extinto, mas com certeza será otimizado”, disse Reynaldo.

“Algo que já debatíamos há muito tempo, o efeito das novas tecnologias na sociedade e no ambiente corporativo, veio impactar, durante a pandemia, o uso de novas ferramentas de trabalho e *softwares*, como aliados ao processo diário do teletrabalho”, analisa o presidente Geraldo.

“Vivemos uma nova era, em todos os aspectos e sentidos, e os profissionais que não se adaptarem a essas mudanças que estão a nossa volta e que mudam constantemente, perderão mercado”

analisa o presidente Geraldo

“Vivemos uma nova era, em todos os aspectos e sentidos, e os profissionais que não se adaptarem a essas mudanças que estão a nossa volta e que mudam constantemente, perderão mercado e espaço e ficarão para trás, principalmente durante esse ‘novo normal’ que estamos vivenciando”, analisa o presidente do Sindcont-SP.

“Não cremos que o trabalho será 100% em *home office*, pois acreditamos ainda que há a necessidade do contato presencial, seja entre os colaboradores, seja com os clientes”, disse Reynaldo. “Um novo colaborador, por exemplo, necessita de um processo de integração, do contato com as pessoas da sua equipe, não dá para ser somente virtual. Entendemos que muitas empresas já planejam redução de espaços, de custos fixos, com revezamento de trabalho presencial e *home office*.”



Geraldo Carlos Lima
Presidente do
Sindcont-SP

Para atender a essa nova realidade, o presidente do Sescon-SP conta que “já trabalha com os sindicatos laborais uma cláusula de teletrabalho para inserção na próxima convenção coletiva. Precisamos criar seguranças mínimas e regras tanto para os empregadores, quanto para os empregados.”

Ele afirma que “desde que na medida certa, a virtualização de reuniões e eventos serão cada vez mais comuns. Em uma cidade como São Paulo, o tempo gasto para deslocamento é muito alto.”

Reynaldo tem uma boa novidade para os empresários da contabilidade: “O Sescon-SP já prepara soluções tecnológicas e de financiamento para que as empresas migrem o quanto antes para uma estrutura digital.”

O presidente do Sindcont-SP também acredita que muitos profissionais gostariam de continuar em *home office*. Segundo uma pesquisa realizada pela consultoria Robert Half com cerca de 353 executivos de todo o Brasil, a principal mudança pós-pandemia será a adoção do *home office*. Cerca de 89% das

“ Um novo colaborador, por exemplo, necessita de um processo de integração, do contato com as pessoas da sua equipe, não dá para ser somente virtual. Entendemos que muitas empresas já planejam redução de espaços, de custos fixos, com revezamento de trabalho presencial e *home office* ”

analisa o presidente Reynaldo

empresas disseram que vão permitir que os colaboradores continuem trabalhando de casa com mais frequência. Os motivos se devem aos pontos positivos que foram apresentados durante a quarentena, especialmente porque as pessoas gostaram de trabalhar em casa. Uma das vantagens é o não deslocamento, o fluxo de agilidade por causa do não deslocamento para almoço de negócios, escritório e reuniões e mais tempo para ficar com a família. “Esse cenário, no nosso modo de vista, também reflete o desejo dos nossos profissionais contábeis,” concluiu o presidente Geraldo. 🌐

O contador e a implantação da governança corporativa e compliance nas empresas



Extremamente importantes para a gestão das empresas, governança corporativa e compliance são conceitos que contribuem para a qualidade e a confiança que as organizações transmitem no mundo dos negócios, ao se criar valores que possam ser reconhecidos pelas pessoas envolvidas com as empresas públicas e privadas.

A governança corporativa pode estar em qualquer empresa, independente do porte ou do ramo de atuação. Segundo o Código das Melhores Práticas de Gover-

nança Corporativa (5ª edição), “governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas”.

A partir deste conceito, é possível entender que a governança corporativa é um conjunto de boas práticas e, por isso, pode ser adotada por qualquer organização, sendo essencial para o seu sucesso.

“A governança reforça a reputação da empresa ao trabalhar os benefícios de uma atuação ética e estruturada, mostrando a relevância disso para os stakeholders. Consiste em um modelo de gestão, voltado para a eficiência e a impessoalidade administrativa baseada na transparência, tanto para o público interno quanto para o mercado. É, portanto, uma maneira de transmitir mais valor e segurança, desenvolvendo uma boa reputação e atraindo investimentos”, explica o vice-presidente de Administração e Finanças do CRCSP, contador José Aparecido Maion. Consultor, auditor independente, perito e professor, Maion integrou diversas comissões técnicas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).

O objetivo principal da governança corporativa é assegurar que os interesses dos administradores estejam alinhados aos interesses dos donos do negócio. “Ela garante que os processos e as estratégias

estão sendo corretamente seguidos, além de promover uma cultura de prestação de contas na organização”, disse Maion.

Voltado para o estudo da governança corporativa, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) é uma organização da sociedade civil fundada em 1995 por um grupo de 35 precursores, entre eles o administrador Bengt Hallqvist e o professor João Bosco Lodi. Este grupo percebeu os desafios enfrentados pelos conselhos de administração e o quanto as melhores práticas de governança corporativa, que até então sequer estavam traduzidas para o português, poderiam contribuir para a melhoria das organizações brasileiras.

“A governança reforça a reputação da empresa ao trabalhar os benefícios de uma atuação ética e estruturada, mostrando a relevância disso para os stakeholders” explica Maion



José Aparecido Maion
Vice-presidente de
Administração e
Finanças do CRCSP

“O trabalho foi pioneiro tanto na produção de conhecimento quanto na sua disseminação”, conta o atual diretor geral do IBGC, o contador Pedro Melo. “Este ano, o IBGC completa 25 anos e segue trilhando o mesmo objetivo”, comemora Melo. “Trabalhamos em prol da disseminação das melhores práticas de governança acreditando que, assim, contribuímos para o desempenho sustentável das organizações e, conseqüentemente, para uma sociedade melhor”, complementa Pedro Melo. Por mais de três décadas o diretor geral do IBGC desenvolveu uma longa trajetória profissional nas áreas de auditoria, consultoria e gestão empresarial, atuando na KPMG, onde foi presidente no Brasil entre 2008 e 2017 e da América do Sul entre 2015 e 2017.

O IBGC começou a atuar na formação de conselheiros de administração e hoje oferece programas para os diferentes públicos integrantes do sistema de governança corporativa. Em 2019, contou com quase 4 mil inscritos nos diferentes programas de desenvolvimento profissional. Neste ano, teve a missão de transformar os programas presenciais em cursos a distância. As aulas foram retomadas em maio.

Compliance

O termo *compliance* tem origem no verbo em inglês *to comply*, que significa agir de acordo com uma regra, uma instrução interna, um comando ou um pedido. Estar em *compliance* é estar em conformidade com leis e regulamentos externos e internos. Portanto, manter a organização em conformidade significa atender aos normativos dos órgãos reguladores, de acordo com as atividades

desenvolvidas pela organização, bem como dos regulamentos inerentes ao seu controle interno.

Muitos confundem governança corporativa e *compliance*. Apesar de terem objetivos parecidos, em alguns aspectos, esses conceitos são diferentes. Afinal, um está mais relacionado à adaptação nos processos e à cultura da organização, enquanto o outro, à forma como uma empresa lida com as normas e com valores éticos.

No entanto, os dois são fundamentais para garantir uma gestão eficiente e uma boa reputação para uma organização. Por isso, é tão comum que sejam trabalhados juntos, mesmo sendo diferentes. Ou seja, pode-se dizer que, na prática, são complementares.

A principal diferença entre governança corporativa e *compliance*, na prática, é a relação com os valores da organização. Assim, enquanto o *compliance* cuida da conformidade com as regras, a governança busca alinhar a mentalidade dos gestores e seus processos de gestão.

Ainda que não se possa negar a relação entre esses conceitos, eles são diferentes. O *compliance* está diretamente ligado à gestão de riscos e ao respeito às regras. Age de acordo com informações e a transparência nos dados, demonstrando que a organização cumpre suas normas.

Governança e *compliance* são conceitos complementares. Juntos, podem contribuir para uma empresa mais íntegra e com uma boa reputação. Não é por acaso que cada vez mais empresas estão adotando programas de



Pedro Melo
Diretor geral do IBGC

compliance e um setor de governança corporativa, que atuam separadamente, mas de modo integrado.

As empresas brasileiras e o *compliance*

Começa a ganhar corpo entre as empresas brasileiras a tendência verificada em outros países de adotar como estratégicos os programas de integridade, que traduzem a exigência do cumprimento de condutas éticas e procedimentos responsáveis.

O atual movimento das empresas brasileiras reflete o que aconteceu nos Estados Unidos. “A princípio, ocorre a divulgação de práticas de fraudes que leva à demanda da sociedade por medidas inibidoras. Entre elas, leis mais eficientes e du-

ras. As empresas e as instituições passam a ser mais cobradas para incorporar práticas éticas e transparentes em sua gestão”, conta o vice-presidente Maion.

Atualmente o mercado é quem exige que parceiros, contratados e prestadores de serviços tenham um programa de *compliance* e, em muitos casos, a sua existência é uma condição precedente da contratação. “Se for demonstrado que a empresa tinha uma política efetiva em vigor quando a irregularidade foi cometida, as sanções podem ser substancialmente reduzidas”, disse Maion.

No Brasil, *compliance* passou a ter maior visibilidade após a criação da lei anticorrupção brasileira, a Lei n.º 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto n.º 8.420/2015.

“ O trabalho do IBGC foi pioneiro tanto na produção de conhecimento quanto na sua disseminação ” comemora Melo

Pandemia x governança e compliance

Por força da quarente provocada pela pandemia da Covid-19, as empresas vivem um momento ímpar e muito desafiador. Para Pedro Melo, “as empresas mais bem estruturadas no que diz respeito às boas práticas de governança corporativa saíram em vantagem na maneira como lidaram com essa situação.” As organizações que já contavam com conselhos bem formados e capazes de ajudar a diretoria e demais lideranças na rápida tomada de decisões em busca de soluções imediatas que pudessem amenizar os impactos causados pela pandemia sobre os negócios se tornam capazes de fazer uma boa gestão de crise e os efeitos decorrentes dela, pois, segundo Melo, “as decisões e os processos passam a ser executados sob os princípios éticos da boa governança, que deve ser o fio condutor para todas as ações futuras da companhia.”

“O contador é um profissional essencial para governança corporativa, inclusive para as empresas de menor porte”
argumenta Maion

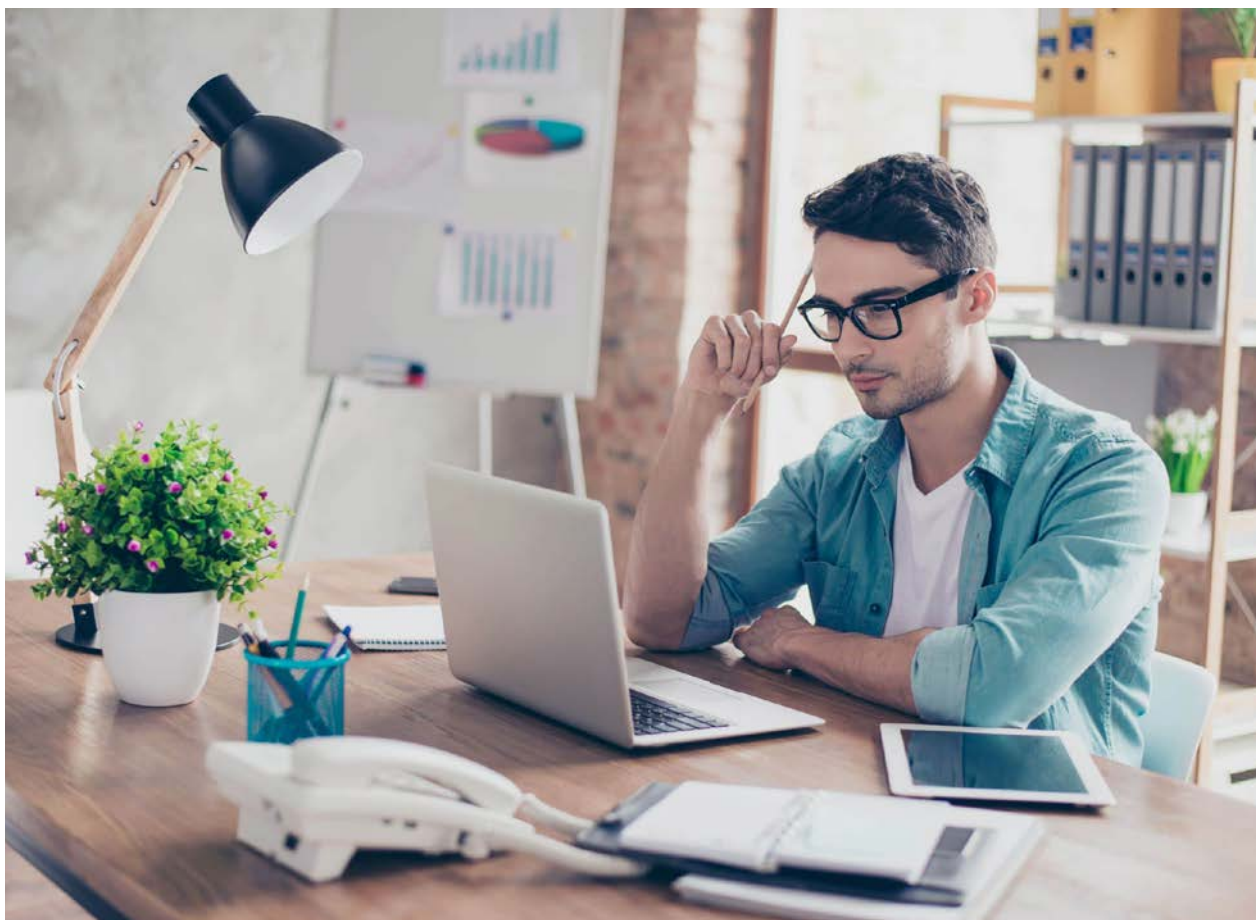
“O objetivo do *compliance* é proporcionar confiança aos acionistas e aos administradores quanto ao atendimento às leis e regulamentações locais,” argumenta o vice-presidente Maion. “Também atender às políticas, normas e procedimentos internos, de forma a manter a alta qualidade do controle interno, assegurar o cumprimento da missão e visão da organização e mitigar os riscos associados aos negócios e processos, bem como proteger os ativos, imagem e reputação da organização, mais do que nunca necessários nesta época em que enfrentamos os desafios trazidos pela pandemia”, complementa.

O contador, a governança corporativa e o compliance

Considerando que as organizações dependem de pessoas para conduzir seus processos o contador possui amplo conhecimento das organizações sobre gestão dos negócios, controles internos, auditoria interna e externa, legislação municipal, estadual e federal, avaliação de risco, contabilidade e outros que ele poderá ajudar no estabelecimento de regras, estipular normas, monitorar as ações dos administradores entre outros.

O contador é um profissional essencial para governança corporativa, inclusive para as empresas de menor porte ou que sequer sabem que praticam governança corporativa. Ao zelar pelas questões financeiras, tributárias, econômicas e patrimoniais da empresa, o contador garante a essa organização uma boa prestação de contas e o cumprimento de regras. Vale lembrar que essas mesmas informações são fundamentais para tomadas de decisão, sejam elas dos administradores que conduzem ou negócio ou outras partes interessadas, como financiadores. 🌟





Tecnologia amplia alcance das atividades de **Educação Profissional Continuada**

Nos últimos meses, os profissionais e estudantes da área contábil enfrentaram diversos desafios, tanto no exercício da profissão, como também para se manter atualizados em meio a sucessivas alterações em normas, leis e procedimentos. Com restrições de mobilidade e diminuição do tempo disponível, por

terem que se desdobrar para poder cumprir suas atividades diárias, a participação em atividades presenciais também se tornou mais difícil neste período.

Pensando nestas dificuldades, o CRCSP, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os demais Conselhos de Contabilidade e Entidades Contábeis ►

promoveram uma série de medidas para que os profissionais possam ampliar seus conhecimentos e, ao mesmo tempo, permanecer seguros em meio à pandemia da Covid-19.

Uma das primeiras medidas foi a redução por parte do CFC, por meio da Deliberação n.º 55/2020, da pontuação mínima obrigatória do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) de 40 para 20 pontos. Desta forma, aqueles que são obrigados a cumprir a norma NBC PG 12 (R3) não seriam excluídos ou penalizados por problemas enfrentados em decorrência da pandemia.

“Ainda que haja uma oferta significativa de atividades, entendemos que deveria ser feita uma flexibilização em virtude da dificuldade que os profissionais enfrentam. E não apenas reduzimos a pontuação, mas realizamos um estudo prévio e fizemos algumas adaptações necessárias para manter as relações referentes à aquisição de conhecimento do PEPC”, explicou o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC, Aécio Prado Dantas Júnior.

Da pontuação mínima de 20 pontos no PEPC, quatro deles devem ser cumpridos obrigatoriamente em atividades de aquisição de conhecimento. As pontuações obtidas em docência, atuação como participante de banca acadêmica e produção intelectual também sofre-

ram ajustes e podem ser incluídas no Relatório de EPC até o limite de 10 pontos cada. “Você não pode, por exemplo, obter todos os pontos de EPC na produção de artigos científicos. É necessária uma diversificação no cumprimento do programa”, explicou Aécio.

Em outra frente, os Conselhos do Sistema CFC/CRCs e as Entidades Constatáveis ampliaram o número de palestras, seminários e fóruns na modalidade online. Com planejamento, investimento em tecnologia e parcerias com outras entidades, estes esforços resultaram em um número cada vez maior de profissionais que participam ativamente de atividades de capacitação e atualização.

Existem hoje 4.380 cursos e eventos pontuados ativos no país, número que vem crescendo continuamente. Aécio avalia esta ampliação na quantidade de cursos e eventos credenciados como extremamente positiva e considera o fato de muitos profissionais buscarem conhecimento independente de pontuação como um dos fatores para este crescimento.

“Ainda que haja uma oferta significativa de atividades, entendemos que deveria ser feita uma flexibilização em virtude da dificuldade que os profissionais enfrentam” explicou Aécio

Aécio Prado Dantas Júnior
Vice-presidente de
Desenvolvimento
Profissional do CFC





Mudança do modelo presencial para o online exige planejamento

Existem outras razões que colaboram para o aumento tanto da oferta como da demanda por cursos e atividades. Destacam-se as ações desenvolvidas pelas Entidades Contábeis para a ampliação das atividades online oferecidas aos profissionais, entre outras ferramentas para a promoção do conhecimento.

No Estado de São Paulo, o CRCSP reformulou sua programação, não apenas intensificando a realização de atividades online, processo que já havia se iniciado antes da pandemia, mas também oferecendo novos temas, investindo em plataformas para a difusão do conhecimento e avaliação e adotando metodologias diferenciadas para a transmissão do conteúdo.

A estratégia deu resultados. Em comparação com o primeiro trimestre do ano, o número de participações nas atividades do CRCSP saltou de 5.203

“Todos nós profissionais temos esta necessidade de atualização. Então mesmo para aqueles que não são obrigados a cumprir a norma NBC PG 12 (R3), há a possibilidade de participar do PEPC de forma voluntária, por entender que o seu exercício profissional necessita de uma qualificação permanente”, destacou o representante do CFC.

“Todos nós profissionais temos esta necessidade de atualização. Então mesmo para aqueles que não são obrigados a cumprir a norma NBC PG 12 (R3), há a possibilidade de participar do PEPC de forma voluntária, por entender que o seu exercício profissional necessita de uma qualificação permanente” destacou Aécio

para 31.068 participantes, no período de abril a julho de 2020, um crescimento de mais de 600%. Mais impressionante é a média de público nas atividades. Considerando-se o mesmo período, o total de atividades realizadas passou de 202, no primeiro trimestre, para 76, no segundo, sendo que a média de participantes passou de 25 para 408. Esse aumento foi acompanhado pelo cuidado com a qualidade e as atividades realizadas obtiveram índices de 92% de aprovação dos usuários.

“Os resultados obtidos são excepcionais, mas não basta levar as atividades presenciais para plataformas online. Nós realizamos um estudo, buscamos identificar as necessidades dos profis-

sionais e passamos a oferecer conteúdo mais setorial, que vai além da questão tributária e fiscal, abrindo assim novos horizontes e possibilidades de atuação para os profissionais”, explicou o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCSP, Marcelo Roberto Monello.

A colaboração com outras entidades é também a chave para obter mais efetividade nas ações desenvolvidas. A atuação conjunta, já presente nas atividades do CRCSP, foi intensificada na atual gestão, com atividades realizadas em parceria com o CFC, Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramen-

“Os resultados obtidos são excepcionais, mas não basta levar as atividades presenciais para plataformas online” explicou Monello



Marcelo Roberto Monello
Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCSP

to, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo (Fecontesp), Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP), Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP), Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo (Apejesp), Academia Paulista de Contabilidade (APC), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), entre outras.

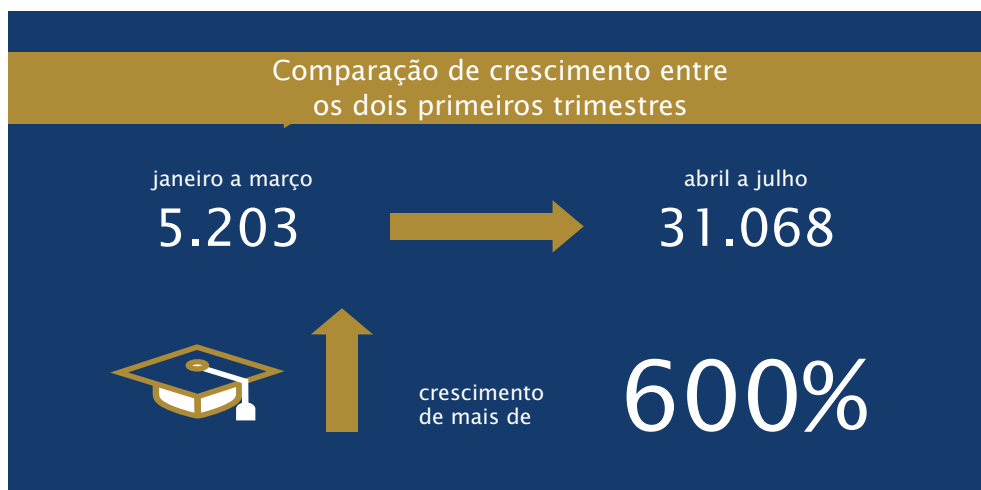
“O primeiro desafio que enfrentamos foi o de entender o que está acontecendo no mercado e o que o profissional da contabilidade precisa neste momento. Atuamos em conjunto com as Entidades Contábeis, aproveitando a expertise delas em seus segmentos de atuação e mantivemos equipes focadas em interagir com o público, para perceber as

necessidades deles e formular novos temas, metodologias e dinâmicas”, revelou o vice-presidente Monello.

Participação e interatividade

Marcelo Monello ressalta que o contato com o público é necessário para facilitar a assimilação do conhecimento e despertar o interesse nos temas expostos. Para isto, o CRCSP promove testes interativos e incentiva o envio de perguntas, que são respondidas ao vivo pelos palestrantes. Esta participação dos espectadores é ainda mais evidente nas atividades remotas com casos práticos, nas quais os participantes realizam estudos orientados aplicados a situações do cotidiano.

O CRCSP criou também outros formatos e linguagens para apresentar o conteúdo aos profissionais e estudantes da área contábil, como o programa “Fica a Dica”, com orientações de especialistas sobre questões pontuais da profissão; atividades especiais como o “Encontro de Líderes”, que reúne lideranças





de importantes setores da Economia para discutir a profissão; a “Profissão Contábil em Debate”, com representantes do CRCSP e de outras entidades; as reuniões técnicas, voltadas a segmentos específicos da contabilidade, entre outros modelos de atividade.

“O nosso planejamento realizado no início da atual gestão já possuía como objetivos a democratização do conteúdo por meio da tecnologia, mas tivemos que readequá-lo com o advento da Covid-19. Apesar de sermos uma autarquia e termos uma série de limitações e processos a serem cumpridos, conseguimos implementar essa transformação na Educação Profissional Continuada em tempo recorde. Isto é resultado de muito trabalho e do compromisso que temos com o profissional contábil”, explicou o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCSP.

“O nosso planejamento realizado no início da atual gestão já possuía como objetivos a democratização do conteúdo por meio da tecnologia, mas tivemos que readequá-lo com o advento da Covid-19” explicou Monello

Monello concluiu destacando que a sociedade está cada vez mais entendendo que o profissional contábil é essencial: “Há uma conscientização crescente de que é o profissional da contabilidade que cuida da saúde dos negócios. O aprimoramento contínuo nos dá condições para prestar um serviço de cada vez mais qualidade e nos coloca em destaque, valorizando a nossa profissão”.



Contabilidade Eleitoral vai além das prestações de contas

A Contabilidade é, por excelência, a ciência da transparência. O controle das movimentações financeiras é fundamental para atestar a idoneidade de uma empresa ou entidade, para apurar possíveis desvios e, principalmente, para orientar as decisões da gestão com base na ética, eficiência e conformidade com a legislação.

Mas, dentre os diversos segmentos de atuação da área contábil, é na Contabilidade Eleitoral que estes conceitos se tornam ainda mais emblemáticos, pois é ela que assegura a lisura do pleito e, consequentemente, o combate à corrupção.

A coordenadora do Grupo de Trabalho do CRCSP para Prestação de Contas Eleitorais, Vera Lúcia Vada, explica que ►

a atuação dos profissionais da contabilidade no processo eleitoral é fundamental desde o planejamento da campanha, tanto no controle da arrecadação de recursos e dos gastos efetuados como na elaboração da prestação de contas da campanha de candidatos e partidos.

A Resolução n.º 23.607 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de 17 de dezembro de 2019, determina em seu artigo 45, parágrafo 4º, que “a arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais devem ser acompanhadas por profissional habilitado em contabilidade desde o início da campanha”. Segundo a resolução, cabe aos profissionais contábeis realizar os registros contábeis pertinentes e auxiliar candidatos e partidos na elaboração da prestação de contas, observando as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as regras estabelecidas na própria resolução do TSE.

“A exigência torna as prestações de contas das campanhas e as contas anuais dos órgãos partidários mais transparentes e revestidas da formalidade e parametrização necessárias” destaca Vera Lúcia

“A exigência torna as prestações de contas das campanhas e as contas anuais dos órgãos partidários mais transparentes e revestidas da formalidade e parametrização necessárias, permitindo que a fiscalização destas contas seja ainda mais efetiva”, destaca Vera Lúcia Vada.

O vice-presidente de Política Institucional do CFC, Joaquim de Alencar Bezerra Filho, destaca que a participação dos profissionais contábeis nas eleições já era obrigatória desde 2014, conforme a Resolução TSE n.º 23.406/2014.

Para Joaquim, que foi um dos que defenderam a exigência de serviços contábeis no processo eleitoral, a Resolução TSE n.º 23.607/2019 traz uma evolução em relação à norma anterior, pois não apenas reforça a importância, como torna obrigatória a participação dos profissionais da contabilidade desde o início da campanha eleitoral.



Vera Lúcia Vada
Coordenadora do Grupo
de Trabalho do CRCSP
para Prestação de
Contas Eleitorais

Joaquim de Alencar
Bezerra Filho
Vice-presidente de
Política Institucional
do CFC



“Nestes anos em que as prestações de contas passaram a ser necessariamente elaboradas e acompanhadas por um profissional da contabilidade habilitado, tivemos um salto na qualidade das prestações de contas”

afirmou Joaquim

“Nestes anos em que as prestações de contas passaram a ser necessariamente elaboradas e acompanhadas por um profissional da contabilidade habilitado, tivemos um salto na qualidade das prestações de contas. Percebemos o grande avanço que a Justiça Eleitoral deu no sentido de profissionalização do processo e dos sistemas de prestações de contas”, afirmou o vice-presidente de Política Institucional do CFC.

Para Vera Lúcia Vada, além de ser uma exigência legal, os próprios candidatos e dirigentes partidários têm hoje consciência sobre a importância da atuação do contador nas campanhas: “Eles sabem que qualquer omissão no registro dos recursos e gastos levará a uma possível penalidade, à cassação do eleito ou, até mesmo, tornando-os inelegíveis nas próximas eleições”.

E o fato de a Justiça Eleitoral, dirigentes de diretórios partidários e candidatos reconhecerem a importância dos profissionais da contábeis no processo eleitoral, ocasiona também uma alta demanda por serviços contábeis. Segundo estimativas do TSE, as eleições de 2020 poderão ter mais de 700 mil candidatos, número 45% superior ao das últimas eleições municipais, em 2016, quando 479.900 candidatos pleitearam um cargo de vereador ou prefeito nos 5.570 municípios brasileiros.

“A contabilidade eleitoral abriu um novo horizonte para os profissionais da contabilidade. E como toda área de atuação, é necessário que o profissional se qualifique, conheça todos os processos necessários, as legislações contábil e eleitoral aplicáveis e as ferramentas e sistemas disponibilizados pelo TSE”, relata a coordenadora Vera.



Ela explica que a arrecadação e aplicação de recursos devem ser registradas observando-se a ordem cronológica em que ocorreram e que, para isto, é necessário traçar o planejamento da campanha, observando as determinações da legislação eleitoral.

“Os profissionais da contabilidade devem ficar atentos a toda movimentação financeira dos partidos políticos e candidatos, exigindo sempre o comprovante para que os atos e fatos de campanha sejam devidamente registrados nos prazos legais”, orienta a conselheira.

Entre as ferramentas que os profissionais da contabilidade devem conhecer, Vera destaca como principais o Sistema de Prestação de Contas Anual (SPCA), de uso obrigatório para partidos políticos, o Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), necessário para a prestação de contas de candidatos e diretórios partidários durante a campanha eleitoral, e o Sistema de Candidaturas - Módulo Externo (CANDex), para envio do requerimento de registro de candidaturas e envio de diversos documentos à Justiça Eleitoral.

“Conhecer todas as funcionalidades destes sistemas, além das exigências legais referentes a obrigações, vedações, documentos comprobatórios e prazos, é fundamental para atuar de forma eficaz em prol da transparência nas contas eleitorais e no auxílio aos candidatos e órgãos partidários”, pontuou a conselheira do CRCSP. 🗳️

🗨️ Os profissionais da contabilidade devem ficar atentos a toda movimentação financeira dos partidos políticos e candidatos 🗨️

orienta Vera
Lúcia

Saiba mais



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Resolução TSE n.º 23.607**, de 17 de dezembro de 2019. Brasília. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-607-de-17-de-dezembro-de-2019>>

SANTOS, João Altair Caetano dos, et al. **Contabilidade Eleitoral: da Teoria à Prática**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade (CFC), 2018. Disponível em: <<https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/06/contabilidadeeleitoral.pdf>>.



“ Nosso muito obrigado a todos que colaboraram conosco para que esta edição da revista fosse possível.

Estamos trabalhando para levar informação de qualidade e convidamos todos os profissionais para que acompanhem nossas publicações, ouçam nossos podcasts e participem de nossos eventos de Educação Profissional Continuada, que estão tendo um alcance nacional e internacional. Tudo isso só será possível se pudermos continuar contando com o seu apoio e participação.

Nós profissionais da contabilidade, assim como os médicos e enfermeiras que estão à frente da batalha contra a Covid-19, temos atuado de forma significativa para tratar da saúde das empresas.

Somente sendo resilientes, competentes e unidos é que conseguiremos atravessar este momento da nossa história, com a convicção de que vamos chegar ao novo amanhã muito mais fortes e melhores.

**LEMBREM-SE, SOMOS ESSENCIAIS HOJE AMANHÃ E SEMPRE!
CRCSP, DE MÃOS DADAS COM A PROFISSÃO, UNINDO IDEIAS
E VENCENDO DESAFIOS! ”**

**José Donizete Valentina
Presidente do CRCSP**

O PODCAST DO CONSELHO

CRCSP | Contabilidade

Essencial hoje, amanhã e sempre



TODO DIA 1º

OUÇA UM NOVO ASSUNTO!

Disponível no portal do CRCSP ou nas plataformas Spotify, Apple Podcasts, Google Podcasts, RadioPublic, Pocket Casts e Breaker.



Unindo **ideias** e **vencendo** desafios.

